

# **POLARIZAÇÃO POLÍTICA**

ARTUR ZIMERMAN

(Organização)

Série:

**DESIGUALDADE REGIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS**



Santo André

2019

## **PARTE I**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E DISPUTAS POLÍTICO-ELEITORAIS NA REGIÃO NORTE**

**Pere Petit**

Professor Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA).  
Presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO).  
E-mail: [petitpere@hotmail.com](mailto:petitpere@hotmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

Estas páginas são destinadas a apresentar algumas das principais transformações socioeconômicas provocadas na Região Norte pelas políticas públicas do governo federal, desde a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) até os dias de hoje, e os embates eleitorais para a escolha dos presidentes da República e dos governadores dos estados da Região Norte. A seguir, apresentamos a análise dos resultados das últimas eleições (2018) e os embates partidário-eleitorais no estado do Pará durante a ditadura militar e na Nova República. Inicialmente analisamos o processo de criação da Região Norte e a incorporação a essa macrorregião de estados e territórios que fazem parte da denominada Amazônia Legal.

Certamente, os recortes do território que fixam as fronteiras entre países e os limites regionais e divisões político-administrativas internas dos Estados-Nação têm que ser analisados como construções político-sociais e não apenas pelas suas semelhanças ou diferenças em seus aspectos físicos: clima, vegetação e relevo. Fronteiras que foram definidas, fixadas, modificadas ou destruídas, por motivações e interesses diversos ao longo do tempo. Contudo, admitir que não são características naturais as que *determinam* os diferentes recortes do território, não pressupõe negar que os fatores geográfico-climáticos não exerçam qualquer influência no momento de legitimar ou *fazer real* o que também foi *construído*.

Quando me refiro aos recortes do território, eles são o resultado de escolhas e práticas político-sociais, como também o são as propostas dirigidas a alterá-las. Isso não pressupõe negar a eficácia simbólica da sua “existência real” para os atores sociais que se consideram parte integrante delas, seja pela História (“inventada” ou não), no tempo presente ou pela vontade de instituir novas fronteiras. Pois, como assinala Pierre Bourdieu: “... logo que a questão regional ou nacional é objetivamente posta na realidade social [...], qualquer enunciado sobre a região funciona como um argumento que contribui [...] para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência” (BOURDIEU 1989: 120).

Os processos de *construção* das regiões de um país e suas específicas singularidades econômicas, políticas ou culturais não podem ser interpretados corretamente à margem da *Formação Socioeconômica* e também *Espacial* (como o geógrafo Milton Santos gostaria de ver ampliado esse conceito desenvolvido por Karl Marx) na qual esses diversos recortes do território se inserem, sem esquecer, porém, que cada um deles mantém uma relação específica com outros espaços da *totalidade mundo*, que configuram, por exemplo, a divisão internacional do trabalho. Há relações econômicas entre algumas regiões ou estados com o mercado internacional que, num determinado momento histórico, podem ser de maior importância que

as estabelecidas com outras regiões ou estados do mesmo país, em decorrência da expansão espacialmente desigual do sistema capitalista, por exemplo, a Amazônia durante o “ciclo da borracha” e o atual “ciclo do minério” no estado do Pará. Acompanhando a Milton Santos:

O tempo hegemônico é o da ação e dos atores hegemônicos e o tempo não hegemônico é o da ação e dos atores não hegemônicos [...]. Grupos, indivíduos convivem juntos, mas não praticam os mesmos tempos [...]. O território é na verdade uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados, e usados, hoje, segundo tempos diversos [...]. Esses tempos hegemônicos são, de um modo geral, o tempo das grandes organizações e o tempo dos Estados (SANTOS 1996: 45-46).

A história política-administrativa do Brasil desde a Constituição Federal e Republicana de 1891, esteve sempre marcada por períodos de maior ou menor centralização/descentralização, coincidindo, geralmente, os primeiros, com regimes autoritários: Estado Novo (1937-1945) e ditadura militar (1964-1985). Contudo, ainda que a “Constituição de 1988 tenha rompido com a centralização excessiva do regime constitucional anterior e tenha logrado implementar um modelo com viés cooperativo, é visível a preeminência da União sobre os demais entes federativos” (LIZIERO & CARVALHO 2018: 1483), é importante destacar também que as reformas fiscais e administrativas dos governos de FHC e Lula, fortaleceram as competências da União e dos Municípios em detrimento dos governos estaduais. Além disso, ao não existirem estruturas políticas que representem formalmente as cinco macrorregiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), a União é a única que tem competências constitucionalmente estabelecida para atuar nos territórios macrorregionais.

## **2. “CONSTRUINDO” A REGIÃO NORTE**

Desde inícios da década de 1940, justificadas, em seus diferentes tempos político-conjunturais, por fatores históricos, físicos, econômicos, culturais e influenciadas por interesses político e eleitorais, sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram apresentadas diferentes propostas de divisão regional. Formalmente criada em 1940, faziam parte então da Região Norte os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e o território do Acre.

Sete macrorregiões foram instituídas na divisão regional do país em 1945: Norte, Nordeste Ocidental, Nordeste Oriental, Centro-Oeste, Leste Setentrional, Leste Meridional e Sul. Faziam parte da Região Norte os estados do Pará, Amazonas, o Acre e os três Territórios

Federais criados em 1943: Amapá (desmembrado do estado do Pará), Rio Branco (desmembrado do estado do Amazonas, sendo modificado seu nome para Território Federal de Roraima em 1962) e Guaporé (desmembrado dos estados do Mato Grosso e do Amazonas, em 1956 passou a ser denominado Território Federal de Rondônia, sendo transformado em estado em janeiro de 1982).

Na divisão regional de 1970 foram criadas as cinco macrorregiões hoje existentes no país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Após a aprovação da Constituição de 1988, Roraima e Amapá foram transformados em estados. Desmembrado do estado do Goiás (Centro-Oeste), foi criado o estado do Tocantins que seria incorporado à Região Norte. A Região Norte, com seus 3,9 milhões de km<sup>2</sup>, dominado pela floresta tropical, mas com uma “grande diversidade interna, formada por vários ecossistemas naturais com características distintas e condições específicas para a presença humana e a atividade econômica” (BUARQUE *et. al.*, 1995: 96).

**Mapa 1: Brasil.**



Fonte IBGE

### 3. AMAZÔNIA LEGAL

As divisões regionais apresentadas pelo IBGE tiveram destacada influência no planejamento das ações do governo federal nos estados desde a aprovação da Constituição de 1946. Como exemplo, na delimitação dos territórios e estados que seriam inseridos como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, criada em 1953, e da Superintendência Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959.

Na delimitação do território da *Amazônia Legal*, tal como fora definida pelo Decreto-lei nº 1.806, estavam inseridos na área de atuação da SPVEA, para fins de planejamento regional, os estados do Pará e do Amazonas e os territórios federais da Região Norte, Acre, Amapá, Guaporé (Rondônia) e Rio Branco e (Roraima), a região ocidental do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°), parte do Estado de Mato Grosso (ao norte do paralelo de 16°)<sup>3</sup> e o território, então do Estado de Goiás, que hoje corresponde ao Estado do Tocantins (ao norte do paralelo 13). Inicialmente, pretendia-se que a área de atuação da SPVEA ficasse restrita aos estados e territórios federais da Região Norte, porém...

[...] os legisladores, vários deles desejosos de beneficiar seus Estados ou áreas de seu eleitorado, dilataram brutalmente os limites oficiais da região, criando a chamada “Amazônia Legal”, com 5.035.070 km<sup>2</sup>, isto é, 59% da área do Brasil. Jamais, em qualquer país do mundo, um departamento de planificação regional teve a seu encargo uma superfície tão vasta! (VALVERDE 1971: 19).

Após o golpe de Estado de 1937 que instauraria o Estado Novo, o governo federal incentivou a criação de projetos, especialmente agrícolas e rodoviários, destinados à ocupação do sertão brasileiro, especialmente do Planalto Central, através do programa denominado *Marcha para o Oeste*. A primeira vez que Getúlio Vargas se referiu publicamente à *Marcha para o Oeste* foi no dia 31 de dezembro de 1937 na “Saudação aos Brasileiros”. Vejamos, a seguir, algumas palavras desse discurso:

Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para o Oeste [...]. E lá teremos de ir buscar: – dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. Para tanto, empenharemos todas as

---

<sup>3</sup> Em 1977, todo o território do Estado do Mato Grosso seria incluído na Amazônia Legal.

energias disponíveis. Não será, certamente, obra de uma única geração, mas é a que tem de ser feita, e ao seu início queremos, por isso, consagrar o melhor dos nossos esforços (VARGAS 1938: 124).

Em seu discurso em Manaus em 1940, intitulado “O destino brasileiro do Amazonas”, Getúlio Vargas, após criticar a dependência econômica da região às atividades extrativistas, especialmente do “ouro negro e da castanha que consumiram tantas vidas preciosas”, sugere:

...adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes [...], retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado [...]. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto [...]. E a nós, povo jovem, impõe-se a enorme responsabilidade de civilizar e povoar milhões de quilômetros quadrados (VARGAS 1940: 78).

A divulgação das Contas Nacionais de 1951-1952, nas quais se apresentavam informações do incremento das desigualdades socioeconômicas existentes no país entre a Região Sudeste e as restantes regiões brasileiras também serviram de argumento para os que propunham que o governo federal apresentasse alternativas para alavancar o desenvolvimento econômico das regiões “atrasadas” ou “periféricas” do país. Nesse contexto deve ser inserida a criação, em 1953, da SPVEA, e, em 1959, da Sudene, cujos planos de desenvolvimento econômico foram direcionados, nos seus respectivos territórios de atuação, a estimular a modernização das atividades agropecuárias e subsidiar a instalação de novas indústrias.

A construção da nova capital em Brasília e da rodovia Belém-Brasília foram as duas principais medidas orientadas a integrar os estados e territórios da Amazônia Legal ao projeto nacional-desenvolvimentista. Segundo o presidente Juscelino Kubitschek:

Está o Governo convicto de que a construção da rodovia Belém-Brasília [...] irá contribuir extraordinariamente para a valorização da Bacia Amazônica. A ligação por ela estabelecida entre o extremo Norte, o Centro e o Sul do País, num esforço épico do povo brasileiro, suscitará, na Hileia Amazônica, um surto de atividades destinadas a tornar efetiva a posse daquela área imensa faixa do território pátrio. Por outro lado, é certo que a interiorização da Capital do País funcionará como agente catalítico decisivo para o surgimento de múltiplas inversões privadas no grande vale, integrando-o positivamente no sistema econômico nacional (KUBITSCHKEK 1960: 125).

Embora tenham sido definidas diferentes metas para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia e algumas delas efetivadas antes do golpe militar-civil de 1964,

seria somente a partir de setembro de 1966, com a criação do Banco da Amazônia S/A (BASA), em substituição do Banco de Crédito da Amazônia, e da Superintendência para o Desenvolvimento Econômico da Amazônia (Sudam), em substituição da SPVEA, que se intensificaram as ações do governo federal na Amazônia Legal.

Poderíamos subdividir as políticas públicas dos governos militares nos territórios da Região Norte e Amazônia Legal a partir da criação da Sudam até 1985, em três momentos diferentes, ainda que todos eles alimentados pelos objetivos geopolíticos e pela ideia da Amazônia como território “vazio” a ser ocupado e utilizado para o “desenvolvimento nacional”. O primeiro foi pautado pela mudança, em 1966, da política de incentivos fiscais que ampliava a política de substituição de importações, até então restrita às atividades industriais, para projetos agropecuários, com o intuito de diminuir na região a preponderância das atividades extrativas e da agricultura de subsistência, ambas consideradas, junto ao sistema de aviação, como principais responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico da região e da sua escassa integração ao mercado nacional. No segundo momento, durante o mandato na presidência da República do general Garrastazu Médici (1969-1974), foi dada prioridade aos projetos de colonização na Transamazônica, aos projetos energéticos e à ampliação da rede viária terrestre, entretanto diminuía, especialmente entre 1972 e 1974, as ajudas econômicas do governo federal para projetos agropecuários e, sobretudo, industriais. No terceiro momento, a partir de meados dos anos 1970, o governo federal, em substituição ao modelo cepalista que inspirou os discursos e as práticas da SPVEA e as desenvolvidas nos primeiros anos de existência da Sudam, orientou sua intervenção econômica baseado nas *vantagens comparativas* de que dispunha a Amazônia, em relação a outras regiões do país.

Desde finais dos anos 1960, é de destacar o incremento da instalação de indústrias na zona Franca de Manaus, que transformaram a capital do estado do Amazonas no município com maior número de habitantes da Região Norte, superando, desde o Censo do IBGE de 2000, a população de Belém, capital do estado do Pará.<sup>4</sup>

Entre os planos de desenvolvimento econômico da década de 1970 que tiveram especial influência na Amazônia, cabe assinalar o Plano de Integração Nacional (PIN), de junho de 1970, que tinha como uma das suas metas financiar as obras de infraestrutura destinadas a facilitar o desenvolvimento de atividades econômicas nas áreas de atuação da Sudam, entre elas a

---

<sup>4</sup> No Censo de 2000, Manaus tinha uma população de 1.403.796 habitantes e 2.145.444 em 2018, segundo as Estimativas de População dos Municípios realizada pelo do IBGE. Belém, no ano 2000, tinha 1.279.861 habitantes e 1.485.732, em 2018. O Pará continua sendo o estado mais populoso da Região Norte, ainda que desde Censo de 1991 deixasse de somar mais da metade dos habitantes da região.

construção da Transamazônica; o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND); e as diretrizes do II PND para o período de 1975 a 1979. Planos que orientaram os objetivos a serem alcançados na Amazônia Legal através do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) – 1972-1974 – e no II PDA – 1975-1979.

Os projetos de desenvolvimento econômico dos governos militares para os estados e territórios da Amazônia Legal não podem ser vislumbrados apenas em seus aspectos socioeconômicos, para a cúpula das Forças Armadas a Amazônia era também um *problema geopolítico*. A necessidade de estimular as atividades econômicas e ocupação humana da Amazônia, além de outras decisões estritamente militares ou político-administrativas para garantir a “posse desse imenso espaço vazio”, tinha também por finalidade evitar a “cobiça internacional” sobre a região; isto é, a ameaça de perder ou enfraquecer o controle dessa parte do território nacional pela ação de outros países e prevenir que se instalassem na região focos guerrilheiros, nacionais ou estrangeiros.

A diminuição da capacidade de intervenção sobre o território dos governos estaduais da Região Norte e dos outros estados que fazem parte da Amazônia Legal durante o regime autoritário-militar, foi resultante também dos objetivos macroeconômicos e geopolíticos da cúpula das Forças Armadas e tecnocratas da Administração Federal que, além de não levarem em consideração os problemas de ordem econômica, social e ambiental que os grandes projetos econômicos poderiam acarretar para a população amazônica, mostraram escasso interesse em vinculá-los às elites econômicas e governos da região.

#### **4. NOVA REPÚBLICA E OS PROJETOS PARA AMAZÔNIA**

O Programa Calha Norte foi o primeiro projeto para a Amazônia apresentado pelo presidente José Sarney. Elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional, que tinha como objetivo incentivar a ocupação humana e militar de uma faixa de 160 km de largura nos limites do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela e Colômbia. A crise econômica do país durante o governo Sarney e Collor de Melo influenciou a paralização/diminuição dos investimentos para o Projeto Calha Norte e para outros programas do governo federal destinados à Região Norte.

Em 1988, para fazer frente à pressão internacional, especialmente de países europeus e do emergente movimento ambientalista brasileiro que exigiam do governo ações para diminuir o crescente desmatamento da floresta amazônica, José Sarney apresentou o Programa Nossa Natureza e, em fevereiro de 1989, após a comoção nacional e internacional provocada pelo assassinato de Chico Mendes, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (Ibama), que seria responsável a partir de então pela articulação, coordenação, execução e controle da política ambiental<sup>5</sup>.

Nos oito anos na Presidência da República de Fernando Henrique Cardoso (FHC), 1995 a 2002, as políticas públicas do governo federal para a Amazônia Legal, concretizados no Plano Plurianual (PPA) 1996-1999 (*Brasil em Ação*), e no PPA 2000-2003 (*Avança Brasil*), tiveram uma orientação bastante similar aos objetivos estratégicos definidos pelos governos militares, especialmente após 1974. Isto é, mais uma vez, uma ação de “modernização conservadora”, agora nos *tempos neoliberais* e de *globalização*, orientada a favorecer aos grandes grupos econômicos aproveitando as “vantagens comparativas” da região.

Após Luiz Inácio Lula da Silva assumir, em janeiro de 2003, a presidência da República, algumas mudanças ocorreram na orientação e implementação das políticas públicas do governo federal para a Amazônia, ainda que fossem muitas vezes contraditórias e ambiental e socialmente insuficientes. Isso ocorreu, em parte, pelos objetivos macroeconômicos do governo federal (superávit primário, superávit na balança comercial, incentivo aos setores exportadores do agronegócio) e pela disputa no governo Lula, entre os setores “neoliberais”, “nacional-desenvolvimentistas”, “desenvolvimentistas sustentáveis” e “ambientalistas”.

As ações do Ministério do Meio Ambiente na Amazônia durante o governo Lula, sob a responsabilidade da acreana Marina Silva, tiveram um considerável impacto na região, especialmente pelo incremento de áreas protegidas, a criação dos distritos florestais sustentáveis, o primeiro deles na área da BR-163 (Cuiabá-Santarém) e a *Lei de Gestão de Florestas Públicas*. Merecem destaque também o Plano Nacional de Mudanças do Clima, a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o incremento das operações de fiscalização do IBAMA, antes e depois da Operação Arco de Fogo. Medidas que dificultaram a ação dos grileiros, a extração ilegal de madeira, a produção ilegal de carvão vegetal e o avanço da fronteira agropecuária. Em 2007, foi recriada a Sudam, extinta pelo governo FHC em 2001.

Os resultados dessas ações na SUDAM apontam que no período de 2007 a 2014 o montante total de incentivos concedidos foi de R\$ 17,8 bilhões, que beneficiaram 548 empresas de 107 cidades da Amazônia Legal. A maior parte dos incentivos concentrou-se no estado do Amazonas, e em setores de Alimentos e bebidas e Eletroeletrônicos e Veículos. Esses incentivos também foram importantes para que essas empresas mantivessem ativos 158.885 vagas de emprego (HORSTH 2017: 552).

---

<sup>5</sup> O Ministério do Meio Ambiente foi criado em 1992. Um ano depois seria transformado em Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal.

Desde 1975, treze empreendimentos hidrelétricos de médio e grande porte foram inaugurados na Amazônia brasileira. A primeira usina hidrelétrica em atividade na região foi a Coaracy Nunes (Amapá) em 1975. Em 1977, foi inaugurada a UHE de Curuá-Uma, situada a 70 km de Santarém, e, em 1984, a hidrelétrica de Tucuruí, ambas no Pará. Em 2011, outras três hidrelétricas entraram em funcionamento na região: Dardanelos, no Mato Grosso, e Santo Antônio e Rondon II, em Rondônia. A hidrelétrica de Estreito, entre o Maranhão e Tocantins, começou a funcionar em 2012, a de Jirau (Rondônia), em 2013, e Belo Monte (Altamira/Pará), em 2016. O custo total da hidrelétrica Belo Monte, a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), supera os 30 bilhões de reais, 80% dos quais foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (SILVA JÚNIOR & PETIT: 309).

Um dos principais problemas sociais e políticos provocados pelos “modelos de desenvolvimento” implementados na Amazônia pelos governos militares, foi o incremento dos conflitos agrários entre as diferentes “frentes de expansão” (latifundiários, posseiros, garimpeiros, madeireiros, mineradoras e hidrelétricas) e os camponeses locais, pescadores artesanais, povos indígenas e quilombolas. Até finais dos anos 1970, os conflitos agrários se concentravam nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, mas desde inícios da década de 1980 até hoje, foi na Amazônia Legal, especialmente no Pará, onde ocorreram o maior número de conflitos agrários e assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças no país (PETIT, PEREIRA, PESSÔA 2014: 337-365).

Até 1970 a área desmatada acumulada na Amazônia brasileira não ultrapassava 1% da cobertura vegetal original, em 1988, o desmatamento acumulado já havia atingido os 10% e 18%, em 2007. Em 2018, já haviam sido desmatados cerca de 800 mil km<sup>2</sup> de floresta nativa dos estados e territórios da Amazônia Legal. Os anos com maiores índices de desmatamento foram 1977 (21,3 mil km<sup>2</sup>), 1988 (21 mil km<sup>2</sup>), 1995 (29 mil km<sup>2</sup>) e 2004 (27,4 mil km<sup>2</sup>). Os principais responsáveis pelos focos de desmatamento continuam sendo os setores vinculados às atividades do agronegócio (soja, principalmente), pecuaristas (rebanho bovino), grileiros de terras, extratores de madeira (majoritariamente ilegal) e, em menor medida, os camponeses que praticam a tradicional *derruba* e *queima*, geralmente classificados nas atividades da “agricultura familiar”.

Em 2018, segundo a Estimativa População Brasileira do IBGE, o Pará somaria cerca de 8,5 milhões de habitantes; Amazonas, 4 milhões; Rondônia, 1,7 milhão; Tocantins, 1,5 milhão; Acre, 869 mil; Amapá 829,5 mil; e 576,5 mil habitantes o estado de Roraima. Vejamos, na próxima tabela, o crescimento demográfico experimentado pela Região Norte desde o Censo de 1950.

**Tabela 1: População do Pará, Região Norte e Brasil: 1950-2018.**

| <b>Ano</b>  | <b>Estado do Pará</b> | <b>Região Norte</b> | <b>Brasil</b> | <b>R. Norte/ Brasil %</b> |
|-------------|-----------------------|---------------------|---------------|---------------------------|
| <b>1950</b> | 1.123.273             | 1.844.655           | 51.944.397    | 3,6                       |
| <b>1960</b> | 1.529.293             | 2.561.782           | 70.070.457    | 3,7                       |
| <b>1970</b> | 2.167.018             | 3.603.860           | 93.139.037    | 3,9                       |
| <b>1980</b> | 3.411.868             | 5.893.136           | 119.070.865   | 4,9                       |
| <b>1991</b> | 5.181.570             | 10.257.266          | 146.825.475   | 7,2                       |
| <b>2000</b> | 6.192.307             | 12.900.704          | 169.799.170   | 7,5                       |
| <b>2010</b> | 7.588.078             | 15.865.678          | 190.732.694   | 8,3                       |
| <b>2018</b> | 8.513.497             | 18.182.253          | 208.494.900   | 8,7                       |

Fonte: IBGE, *IX Recenseamento Geral do Brasil-1980*; *Censos do IBGE 1991, 2000 e 2010*; IBGE, *Estimativa População Brasileira 2018*.

## **5. DAS ELEIÇÕES DE 1982 À NOVA REPÚBLICA**

Desde o início do mandato presidencial do general João Baptista Figueiredo novas mudanças no sistema partidário e eleitoral foram introduzidas para impedir o crescente caráter plebiscitário quanto à permanência dos militares no poder que os pleitos eleitorais foram adquirindo nos anos anteriores. Com esse intuito, em dezembro de 1979, o governo militar decidiu extinguir o sistema bipartidarista e retornar ao pluripartidarismo, prognosticando a implosão do MDB em vários partidos. Contudo, como comprovação de que nem sempre a vida política transcorre conforme gostariam os maquiavélicos de plantão no poder, para complicar os planos dos estrategistas políticos da ditadura militar, além do PTB e dos herdeiros da Arena, o Partido Democrático Social (PDS), e do MDB, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), dois novos partidos superaram todos os obstáculos legais, logrando o seu registro provisório enquanto aguardavam os resultados eleitorais de 1982: o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

As eleições realizadas em novembro de 1982 tornaram-se o pleito eleitoral mais importante do período pós-64. Os governadores voltavam a ser escolhidos por sufrágio direto e universal, renovava-se a Câmara Federal, as Assembleias Legislativas, um terço do Senado, as Câmaras Municipais e Prefeituras, com exceção das capitais e dos municípios declarados áreas de segurança nacional. Com a manutenção da eleição indireta do presidente da República, os resultados eleitorais iriam definir, mais uma vez, a composição do Colégio Eleitoral que escolheria o sucessor do general Figueiredo.

As eleições confirmaram que a disputa continuava polarizada entre os herdeiros da Arena e do MDB. O PDS obteve a maioria dos integrantes do Colégio Eleitoral e elegeu 13 governadores, 9 o PMDB, entre eles os governadores de São Paulo e Minas Gerais, e um o PDT, Leonel Brizola, no Rio de Janeiro. Faltaram apenas 10 deputados federais para que o PDS

alcançasse a maioria absoluta na Câmara de Deputados: fez 235 deputados, de um total de 479. O PMDB elegeu 200; o PDT, 23; o PTB, 13; e 8 o PT.

A maioria que o PDS obteve no Colégio Eleitoral acabou estimulando uma das mobilizações políticas mais importantes da história do Brasil, a *Campanha pelas Diretas-Já*. Iniciada em fins de 1983, a campanha mobilizou a milhares e milhares de pessoas por todo o país, mas não conseguiu conquistar os votos necessários no Congresso Nacional para aprovar a emenda constitucional que estabeleceria a eleição direta por sufrágio direto e universal do presidente da República.

A nova vitória do PDS, no entanto, acabou contribuindo para sua posterior e progressiva decadência política. O fato de setores do PDS, sobretudo do Nordeste, terem se oposto à escolha do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf como candidato à Presidência da República incentivou articulações de membros desse partido para compor, com a ala conservadora do PMDB, uma chapa para concorrer à indicação no Colégio Eleitoral. Nesse processo surgiu o Partido da Frente Liberal (PFL), que apoiaria a candidatura de Tancredo Neves (PMDB), ex-presidente do Partido Popular e governador de Minas Gerais, para presidente, e de José Sarney para vice-presidente.

No dia 15 de janeiro de 1985, os integrantes do Colégio Eleitoral votaram majoritariamente a favor da chapa de Tancredo e Sarney. Com a morte de Tancredo, porém, quem assumiria o cargo de presidente não seria um opositor à ditadura, mas José Sarney, ex-governador do Maranhão pela Arena e ex-presidente do PDS. Nascia assim a *Nova República*, marcada pela influência no Congresso Nacional e no governo federal de políticos que colaboraram com o regime autoritário-militar.

Após ser aprovada a nova Constituição Federal em 1988 e realizada, um ano depois, a eleição do presidente da República, concluía-se, formalmente, o processo de transição política à democracia no Brasil.

Mostra do descrédito nas lideranças dos partidos da Aliança Democrática (PMDB-PFL), que deram sustentação ao governo de José Sarney, foi escolha pelos eleitores dos candidatos que disputariam, em 1989, o 2º turno das eleições para presidente da República: Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva. Collor, eleito governador de Alagoas pelo PMDB em 1986, tentando não ser identificado como “candidato continuísta” fundou o Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e centrou sua estratégia eleitoral numa feroz crítica a Sarney e à “classe política”, aliada a lemas “modernizantes” e propostas neoliberais, apresentando-se como defensor dos interesses dos “descamisados”. Em apoio à candidatura de Lula, o PT, PSB

e PCdoB constituíram, em 1989, a Frente Brasil Popular (FBP). No segundo turno, o candidato Lula contou também com o apoio do PDT, PV e PCB, e, na última hora, de lideranças do PSDB.

Em todas as eleições realizadas desde 1989 até 2010 para escolher o presidente do país, o candidato do PT sempre foi a principal figura pública do partido e uma das principais lideranças sindicais e políticas de oposição à ditadura militar: Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1994 e 1998, Lula foi derrotado no 1º turno por Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Lula foi eleito presidente em 2002 e reeleito em 2006, vencendo, no 2º turno os candidatos do PSDB, José Serra e Geraldo Alckmin, respectivamente. Nas eleições de 2010, Dilma Rousseff foi eleita presidenta e reeleita em 2014, derrotando no 2º turno aos candidatos do PSDB, José Serra e Aécio Neves, respectivamente. Em 2018, o vencedor no 2º turno foi Jair Bolsonaro (PSL), candidato de extrema-direita, que teve como oponente Fernando Haddad (PT). Nem Dilma, em 2010 e 2014, nem tampouco Bolsonaro, em 2018, superaram os 58.295.042 votos que alcançou Lula em 2006. Recordemos que em agosto de 2018, antes de ser impedido de ser formalmente candidato, Lula liderava, com ampla vantagem, todas as simulações eleitorais tanto para o 1º como para o 2º turno.

## **6. RESULTADOS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE NA REGIÃO NORTE: 2002-2018.**

Nas eleições de 2002, Lula obteve no 2º turno mais de 50% dos votos válidos em todos os estados da Região Norte e, em 2006, Lula apenas perdeu no 2º turno em Roraima. Nos estados do Amazonas, Amapá e Tocantins, o candidato do PT logrou mais de 70% dos votos válidos.

Em 2010, a candidata do PT, Dilma Rousseff, teve uma queda substancial de votos em todos os estados da Região Norte comparativamente aos conquistados por Lula em 2006. Dilma venceu no Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins e Serra no Acre, Rondônia e Roraima. Em 2014, Dilma melhorou, no 2º turno, seu desempenho eleitoral nos estados Acre, Pará e Roraima, mas teve uma diminuição bastante significativa de votos no estado do Amazonas. No 1º e 2º turno, Dilma teve o seu melhor resultado eleitoral no Amapá, Amazonas, Pará e Tocantins, e Aécio Neves (PSDB), foi o mais votado, em ambos os turnos, nos estados do Acre, Rondônia e Roraima.

É importante destacar os votos conquistados pela acreana Marina Silva nas eleições presidenciais de 2010 e 2014. Em 2010, Marina, então no PV, ainda que não tenha conseguido ir ao 2º turno obteve 19,3% dos votos válidos em todo o país, logrando no Amapá 29% dos

votos válidos, 25% no Amazonas e 23% no Acre. No 1º turno de 2014, Marina Silva, agora candidata pelo PSB, venceu as eleições em dois estados: Pernambuco e Acre.

**Tabela 2: Percentagens (%) votos válidos 2º turno Eleições para Presidente nos estados da Região Norte: 2002-2018.**

|           | 2002  |       | 2006  |         | 2010  |       | 2014  |       | 2018   |         |
|-----------|-------|-------|-------|---------|-------|-------|-------|-------|--------|---------|
|           | Lula  | Serra | Lula  | Alckmin | Dilma | Serra | Dilma | Aécio | Haddad | Jair B. |
| Acre      | 59,94 | 40,06 | 52,36 | 47,63   | 30,33 | 69,67 | 36,32 | 63,68 | 22,78  | 77,28   |
| Amapá     | 75,51 | 24,49 | 70,40 | 29,60   | 62,66 | 37,74 | 61,45 | 38,55 | 49,80  | 50,20   |
| Amazonas  | 69,88 | 30,11 | 86,80 | 13,19   | 80,57 | 19,43 | 65,02 | 34,98 | 49,73  | 50,27   |
| Pará      | 52,65 | 47,34 | 60,12 | 39,98   | 53,20 | 46,80 | 57,41 | 42,59 | 54,81  | 45,19   |
| Rondônia  | 55,56 | 44,44 | 55,32 | 44,67   | 47,37 | 52,63 | 45,15 | 54,85 | 27,82  | 72,18   |
| Roraima   | 65,55 | 34,45 | 38,50 | 61,49   | 33,44 | 66,56 | 41,10 | 58,90 | 28,45  | 71,55   |
| Tocantins | 54,03 | 45,97 | 70,26 | 29,73   | 58,88 | 41,12 | 54,49 | 45,51 | 51,02  | 48,98   |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (elaboração própria).

Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente do Brasil no 2º turno das eleições realizadas no dia 28 de outubro de 2018, ao lograr 57.797.847 votos (55,1% dos votos válidos), por 47.040.906 (44,8%) que obteve Fernando Haddad (PT). No primeiro turno os candidatos mais votados foram Jair Bolsonaro (46% dos votos válidos), Fernando Haddad (29,2%) e Ciro Gomes, do PDT (12,4%).

Bolsonaro foi o candidato mais votado, tanto no 1º como no 2º turno, nas regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Haddad venceu no Nordeste. No 1º turno Bolsonaro logrou na Região Norte 43% dos votos válidos, Haddad, 37% e 9% Ciro Gomes.

**Tabela 3: Região Norte: Votação para presidente 2º turno 2018.**

| <b>Estado</b>    | <b>Nº total de Eleitores</b>  | <b>Votos Bolsonaro</b> | <b>Bolsonaro % votos válidos</b> | <b>Votos Haddad</b> | <b>Haddad % votos válidos</b> |
|------------------|-------------------------------|------------------------|----------------------------------|---------------------|-------------------------------|
| <b>Acre</b>      | <b>547.590</b>                | <b>294.899</b>         | 77,22                            | <b>86.977</b>       | 22,78                         |
| <b>Amapá</b>     | <b>512.117</b>                | <b>185.096</b>         | 50,20                            | <b>183.616</b>      | 49,80                         |
| <b>Amazonas</b>  | <b>2.428.821</b>              | <b>885.401</b>         | 50,27                            | <b>875.845</b>      | 49,73                         |
| <b>Pará</b>      | <b>5.498.812</b>              | <b>1.742.188</b>       | 45,19                            | <b>2.112.769</b>    | 54,81                         |
| <b>Rondônia</b>  | <b>1.175.634</b>              | <b>594.968</b>         | 72,18                            | <b>229.343</b>      | 27,82                         |
| <b>Roraima</b>   | <b>333.576</b>                | <b>183.268</b>         | 71,55                            | <b>72.872</b>       | 28,45                         |
| <b>Tocantins</b> | <b>1.039.178</b>              | <b>356.684</b>         | 48,98                            | <b>371.593</b>      | 51,02                         |
| <b>TOTAL</b>     | <b>11.535.728<sup>6</sup></b> | <b>4.242.504</b>       | <b>51,89</b>                     | <b>3.933.015</b>    | <b>48,10</b>                  |

Fonte: Disponível em <http://divulga.tse.jus.br>

No 2º turno das eleições de 2018, Jair Bolsonaro venceu em 15 estados e no Distrito Federal e Haddad nos outros 11 estados, Fernando Haddad. Bolsonaro obteve no Acre o seu melhor resultado percentual do país, estado que foi governado pelo PT durante vinte anos (1989-2018). Bolsonaro teve também uma votação extraordinária em Roraima e Rondônia, logrando vencer, mas por escassa diferença de votos, nos estados do Amazonas e Amapá. Haddad foi o candidato mais votado no 2º turno no Pará e no Tocantins. Bolsonaro cresceu percentualmente mais que Haddad do 1º ao 2º turno nos estados de Acre e Rondônia; Haddad nos outros estados da região. Certamente, boa parte do crescimento de Haddad na Região Norte deve ser creditado aos eleitores que votaram em Ciro Gomes no 1º turno.

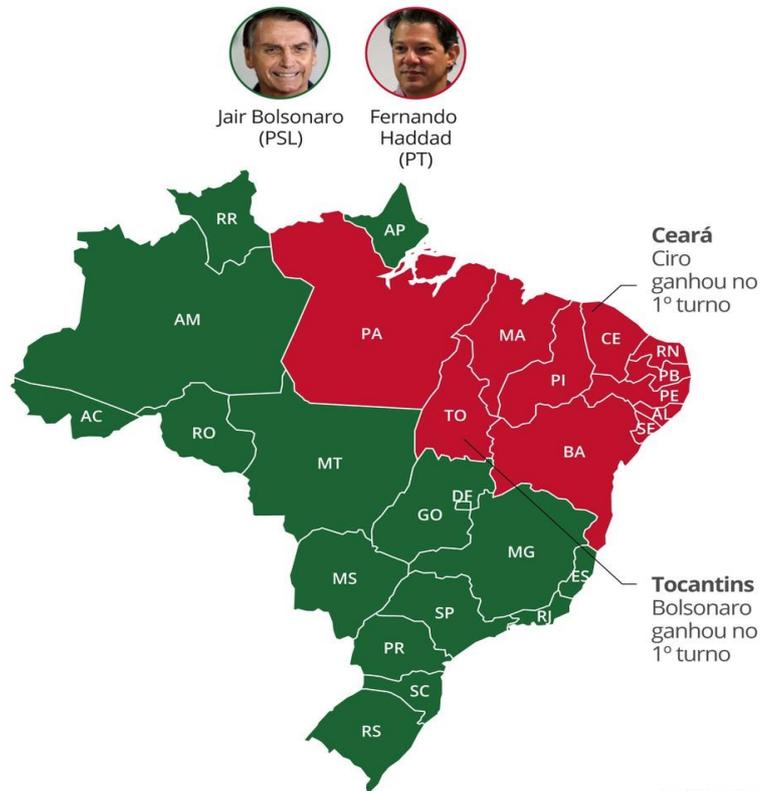
Comparativamente à votação de Dilma no 2º turno de 2014, Haddad obteve menor percentual de votos em todos os estados da Região Norte, sobretudo em Rondônia (-21,3%), Amapá (-18,3%), Roraima (-15,3) e Amazonas (-14,2%). Mantendo a lógica geral no país a exceção do Nordeste, tanto no 1º como no 2º turno, Bolsonaro superou a Haddad em todas as capitais da Região Norte. Entretanto, Haddad venceu as eleições na maioria de municípios dos estados do Pará, Tocantins Amazonas e Amapá.

<sup>6</sup> Os 11.535.728 eleitores da Região Norte representavam, nas eleições de 2018, 7,82% do eleitorado nacional (147.305.155). No 2º turno votaram na Região Norte 8.175.519 eleitores. As abstenções, votos nulos e brancos somaram 3.360.209 (29,1% do total de eleitores).

## Mapa 2: Brasil: Eleições presidenciais de 2018.

### Nos estados

Veja qual presidencial ganhou em cada estado no 2º turno



Fonte: TSE



Infográfico elaborado em: 28/10/2018

**Fonte:** Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/28/no-2o-turno-bolsonaro-vence-em-16-estados-e-haddad-em-11-nas-capitais-placar-e-de-21-a-6.ghtml>.

## 7. ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR NA REGIÃO NORTE

Nas eleições de 1982, o PMDB elegeu todos os governadores da Região Norte (Acre, Amazonas e Pará) e quatro governadores nas realizadas em 1986 (Acre, Amazonas, Pará e Rondônia). A hegemonia eleitoral do PMDB na Região Norte foi quebrada nas eleições de 1994, não elegendo nenhum governador em 1998.

**Tabela 4: Partido dos governadores eleitos na Região Norte: 1990-1998.**

|                  | <b>1990</b> | <b>1994</b> | <b>1998</b> |
|------------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Acre</b>      | PDS         | PPR         | PT          |
| <b>Amapá</b>     | PFL         | PSB         | PSB         |
| <b>Amazonas</b>  | PMDB        | PPR         | PFL         |
| <b>Pará</b>      | PMDB        | PSDB        | PSDB        |
| <b>Rondônia</b>  | PTR         | PMDB        | PFL         |
| <b>Roraima</b>   | PTB         | PTB         | PPB         |
| <b>Tocantins</b> | PMDB        | PPR         | PFL         |

Fonte: Informações obtidas a partir do TSE – Tribunal Superior Eleitoral (elaboração própria).

A escolha dos governadores nos estados da Região Norte reflete a extrema polarização político-partidária que existe na região desde os anos 1990, polarização que, no geral, não é ideológico-programática, diferentemente do que ocorre na escolha dos presidentes da República, geralmente disputadas, entre dois candidatos definidos politicamente como de esquerdas e de direita.

Do total de governadores eleitos na Região Norte desde as eleições de 2002 até as realizadas em 2018, o PSDB elegeu sete governadores em quatro estados diferentes; o PMDB/MDB, seis, em quatro estados; o PT cinco, em dois estados (Acre e Pará); o PDT quatro, todos no Amapá; o PSL, três, em dois estados (Roraima e Rondônia); o PP dois, em dois estados (Roraima e Acre); PPS dois, em dois estados (Amazonas e Rondônia); e um governador cada um dos seguintes partidos: PMN, PSB, PROS, PFL, PSC e PHS.

**Tabela 5: Partido dos governadores eleitos na Região Norte: 2002-2018.**

|                  | <b>2002</b> | <b>2006</b> | <b>2010</b> | <b>2014</b> | <b>2018</b> |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Acre</b>      | PT          | PT          | PT          | PT          | PP          |
| <b>Amapá</b>     | PDT         | PDT         | PSB         | PDT         | PDT         |
| <b>Amazonas</b>  | PPS         | PMDB        | PMN         | PROS        | PSC         |
| <b>Pará</b>      | PSDB        | PT          | PSDB        | PSDB        | MDB         |
| <b>Rondônia</b>  | PSDB        | PPS         | PMDB        | PMDB        | PSL         |
| <b>Roraima</b>   | PSL         | PSDB        | PSDB        | PP          | PSL         |
| <b>Tocantins</b> | PFL         | PMDB        | PSDB        | PMDB        | PHS         |

Fonte: Informações obtidas pelo TSE (elaboração própria).

Em 2018, dois governadores da Região Norte foram eleitos no 1º turno: Gladson Cameli (PP), no Acre, e Mauro Carlesse (PHS), no Tocantins. No 2º turno seriam eleitos os governadores do Amazonas, Wilson Lima (PSC); Pará, Helder Barbalho (MDB); Rondônia, Coronel Marcos Rocha (PSL); Roraima, Antônio Denarium (PSL); e reeleito o governador do Amapá, Waldez Góes (PDT).

No 2º turno apoiaram a Jair Bolsonaro, Gladson Cameli (PP), os dois candidatos a governador no estado do Amazonas, Wilson Lima (PSC) e Amazonino Mendes (PDT); os dois candidatos a governador em Rondônia, Coronel Marcos Rocha (PSL) e Expedito Júnior (PSDB; e o candidato a governador em Roraima, Antônio Denarium (PSL). Mantiveram-se neutros Waldez Góes (PDT/Amapá), Mauro Carlesse (PHS/Tocantins), Anchieta Júnior (PSDB/Roraima) e os dois candidatos a governador no Pará, Helder Barbalho (MDB) e Márcio Miranda (DEM). Somente João Capiberibe (PSB), candidato a governador no Amapá apoiou publicamente a Haddad.

## **8. ESTADO DO PARÁ: UM POUCO DE ECONOMIA**

A história econômica do estado do Pará desde meados do século XIX até os dias de hoje poderia ser subdividida em quatro principais períodos: 1) ciclo da borracha, 1850-1912; 2) fase de declínio econômico e estagnação demográfica, 1913-1940; 3) crescimento econômico moderado, a partir dos anos 1940 até finais da década de 1960; 4) inícios de 1970 até os dias de hoje, expansão das atividades de mineração, agrícolas, pecuárias, extração de madeira, construção de hidrelétricas e desmatamento da floresta nativa. Todas essas fases foram grandemente influenciadas pela maior ou menor demanda internacional de matérias-primas da região, seja das riquezas da floresta e do subsolo ou nas jazidas minerais descobertas e

exploradas no Pará. A última fase apresenta ainda a crescente integração da economia regional ao mercado nacional.

O Pará é o estado brasileiro onde se localizam as maiores jazidas de minério de ferro, bauxita e cobre descobertas ou já em atividade, além de importantes reservas de manganês, ouro, níquel, prata, estanho e caulim. Não foi por acaso, portanto, que foram instalados no Pará os principais projetos minero-metalúrgicos e hidrelétricos da Amazônia Legal, especialmente na região de Carajás (sudeste do estado), onde se localizam as maiores jazidas de ferro e cobre descobertas no país, sem desmerecer, entre outras áreas de exploração mineral, a bauxita extraída na área do rio Trombetas (município de Oriximiná).

A partir da segunda metade dos anos 1970, a exploração e comercialização do minério de ferro e de outros minerais no Pará converteram-se no principal objetivo das políticas públicas dos governos militares para a Amazônia. Com essa finalidade, e já em andamento a construção da hidrelétrica de Tucuruí e da estrada de ferro Carajás-Ponta da Madeira (São Luís do Maranhão), seria instituído o Programa Grande Carajás (PGC) no Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980.

A estrada de ferro Carajás–Ponta da Madeira (Parauapebas–São Luís do Maranhão), com uma extensão de 892 quilômetros, foi inaugurada em 1985. Um ano depois se iniciava a exportação de ferro da Serra dos Carajás, ingressando o Pará no *ciclo econômico do minério*, que veio suplantando o anterior pautado pela extração das riquezas da floresta e pelas atividades agrícolas de subsistência.

Nos primeiros anos da década de 1970, os principais produtos do Pará destinados ao mercado internacional eram a castanha, a pimenta-do-reino e madeiras. No período de 1978 a 1984, os produtos industriais intermediários responderam por 78% do total da receita de exportação paraense, em destaque a bauxita não calcinada e a madeira serrada, que representaram, respectivamente, 21,9% e 19,7% do total (LIMA 1995: 105-106). A partir da segunda metade dos anos 1980, quando entram em operação os Projetos Ferro Carajás e a Albrás, a extração e transformação das riquezas minerais se consolidaram como a principal atividade econômica do Pará dirigida à exportação.

No primeiro semestre de 2018, 44,3% das exportações da indústria de mineração do Brasil saíram do Pará, foram 92,5 mil toneladas de minérios, ultrapassando o estado de Minas Gerais, que exportou 69,2 mil toneladas. Dos US\$ 7,123 bilhões em exportações totais do Pará no mesmo período, as indústrias de mineração e de transformação mineral respondem por 87,8% desse valor.

## 9. ELEIÇÕES NO PARÁ: 1965-1982

Com o golpe militar-civil iniciado em Minas Gerais no dia 31 de março de 1964, se deu o afastamento de João Goulart da presidência da República e o general Castelo Branco assumiu o cargo. No Pará, no dia 9 de junho de 1964, acusados de favorecer atividades subversivas, suborno, corrupção e malversação de fundos públicos, clientelismo e recebimento de vultosas quantias derivadas do jogo do bicho, o governador Aurélio do Carmo e o prefeito de Belém, Moura Carvalho, tiveram cassados seus mandatos. Um dia depois, os vereadores de Belém elegeram, por unanimidade, o major Alacid da Silva Nunes; e no dia 12 de junho, a Assembleia Legislativa Paraense escolheu, também por unanimidade, como governador, Jarbas Passarinho.

Em 1965, os partidários da “Revolução” escolheram ao prefeito Alacid Nunes como candidato a governador do Pará. Para tanto, Alacid Nunes filiou-se à UDN, e o PTB. O candidato escolhido pelo PSD foi, curiosamente, o principal oponente eleitoral dos *baratistas* (PSD), o ex-governador e então senador Zacarias de Assumpção. Alacid Nunes venceria o pleito eleitoral sem muitas dificuldades, somando um total de 163.527 votos contra 67.166 conquistados por Zacarias de Assumpção. Ao ser instituído o bipartidarismo, ingressaram na Arena a maioria das lideranças e filiados dos partidos que apoiaram a candidatura de Alacid Nunes e muitas das lideranças do PSD dos municípios do interior.

O controle do poder político pelas Forças Armadas e a hegemonia político-eleitoral que exerceu Arena no Pará influenciou para que boa parte das disputas políticas tivessem seus desdobramentos no seio do partido governista, sobretudo nas disputas entre as duas mais importantes lideranças políticas no estado, Jarbas Passarinho, eleito senador em 1966, e Alacid Nunes. Entretanto, Passarinho ampliava a sua influência política no cenário nacional, quase sempre vinculado ao setor “linha dura” das Forças Armadas, já Alacid, continuava mais afinado com o setor “moderado”. Após a conclusão do mandato de Alacid Nunes em 1971, três civis assumiram o cargo de governador no Pará. Alacid Nunes reassumiu o governo estadual em 1979.

Jarbas Passarinho, como a grande maioria dos membros da Arena em todo o país, ingressaria no PDS. O governador Alacid Nunes, após filiar-se ao PDS, poucos meses depois estimulava a recriação do PTB no Pará, partido ao qual se somaram dez deputados estaduais e um deputado federal eleito pela Arena em 1978 e até então filiados ao PDS, além de um grupo de prefeitos e vereadores do Pará, a maioria dos quais daria apoio ao candidato escolhido pelo PMDB para governador em 1982: Jader Barbalho. Alacid Nunes esperava ser recompensado por Jader nas eleições de 1986, reciprocidade que não existiu, mas essa é outra história.

Os candidatos do PMDB foram os grandes vencedores do pleito eleitoral no Pará em 1982, elegendo Jader Barbalho governador e Hélio Gueiros senador, impedindo, assim, a reeleição de Jarbas Passarinho. Jader Barbalho teve apoio, além do governador Alacid Nunes e dos setores que com ele tinham abandonado o PDS, de parte dos empresários e comerciantes, classes médias e a grande maioria dos setores progressistas e/ou de esquerda no Pará, inclusive de boa parte das organizações políticas e correntes internas do PT, apesar do partido ter lançado candidato próprio.

## 10. PARÁ: RESULTADO ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS 2018

Desde as eleições de 2002, os candidatos do PT à Presidência da República sempre foram os candidatos mais votados no Pará tanto no 1º como no 2º turno. O melhor resultado percentual foi em 2006, quando Lula obteve, no 2º turno, 60,1% dos votos válidos.

Nas eleições de 2018, o Pará somava um total de 5.498.812 eleitores, quase a metade (47,6%) do contingente eleitoral da Região Norte. A vitória de Haddad no Pará no 1º e 2º turno foi conquistada nos municípios com menor número de eleitores. No 2º turno Haddad venceu as eleições em 111 dos 144 municípios paraenses, mas Bolsonaro foi o mais votado nos cinco municípios com maior número de eleitores do Pará: Belém, Ananindeua, Santarém, Marabá e Parauapebas.

Desde as eleições de 2010, os candidatos do PT à Presidência da República nunca conseguiram no 2º turno vencer as eleições em Belém. A melhor votação dos candidatos petistas na capital do Pará foi em 2002 – PT governava Belém desde 1997 –, quando Lula alcançou 58,8% dos votos válidos, superando os votos obtidos no conjunto do estado (52,6%).

**Tabela 6: Percentagens (%) votos válidos 2º turno Eleições para Presidente no Pará e Belém: 2002-2018.**

|              | 2002         |              | 2006         |              | 2010         |              | 2014         |              | 2018         |              |
|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|              | Lula         | Serra        | Lula         | Alckmin      | Dilma        | Serra        | Dilma        | Aécio        | Haddad       | Jair B.      |
| <b>Pará</b>  | <b>52,65</b> | <b>47,34</b> | <b>60,12</b> | <b>39,98</b> | <b>53,20</b> | <b>46,80</b> | <b>57,41</b> | <b>42,59</b> | <b>54,81</b> | <b>45,19</b> |
| <b>Belém</b> | <b>58,81</b> | <b>41,19</b> | <b>56,28</b> | <b>43,72</b> | <b>49,16</b> | <b>51,84</b> | <b>47,35</b> | <b>52,65</b> | <b>45,07</b> | <b>54,93</b> |

Fonte: Informações TSE (elaboração própria).

O PT continua sendo a principal força eleitoral dos partidos de esquerda na maioria dos municípios paraenses, entretanto, desde as eleições municipais de 2008, o PT foi perdendo peso político em Belém em decorrência do crescimento eleitoral do PSOL e dos partidos de centro-direita e direita. Desde 2012, o PSOL foi se transformando na principal referência eleitoral da

esquerda em Belém, ainda que a maioria dos eleitores que votam nos candidatos do PSOL para governador, senador e deputados federais e estaduais, sempre votaram majoritariamente nos candidatos do PT à Presidência da República. Por exemplo, no 1º turno de 2018, Haddad logrou em Belém 179.727 votos e Guilherme Boulos (PSOL) somente 13.224, mas os candidatos ao cargo de deputado federal do PSOL somaram em Belém um total de 179.927 votos e os candidatos do PT, apenas 22.310 votos. A excelente votação do PSOL na capital deve ser creditada, especialmente, a Edmilson Rodrigues, eleito prefeito de Belém em 1997 e reeleito em 2000, sempre pelo PT, que foi, entre todos os candidatos a deputado federal, o que alcançou maior número de votos em Belém nas eleições de 2014 e nas de 2018 (127.687 votos).

## **11. ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR DO PARÁ NA NOVA REPÚBLICA**

Como ocorreu na maioria dos estados a partir de 1982 e, sobretudo, após o fim do regime militar, o PMDB no Pará foi se transformando em partido de centro-direita e as suas práticas de governo foram, no geral, orientadas à defesa dos interesses estabelecidos, isto é, os das classes dominantes, mais do que para melhorar as condições de vida das classes ou setores populares. Nesse contexto, uma nova reviravolta política ocorreu no Pará nas eleições de 1986, após a ruptura política entre Jader Barbalho e Alacid Nunes, o PMDB aliou-se ao PDS. Hélio Gueiros (PMDB) foi eleito governador e Jarbas Passarinho (PDS) e Almir Gabriel (PMDB), senadores. O PMDB elegeu 13 deputados federais, dois do PDS e do PFL. O PMDB obteve a maioria absoluta na Assembleia Legislativa, elegendo 26 dos 41 deputados estaduais; o PDS elegeu seis, o PFL cinco, dois o PT e um o PDT e o PMB.

A preponderância político-eleitoral do PMDB no Pará influenciou - como ocorrera anteriormente no seio do anterior *partido no poder* (Arena) entre Alacid Nunes e Jarbas Passarinho - para que a principal rixa política no Pará, no final dos anos 1980, se estabelecesse entre Jader Barbalho e Hélio Gueiros. Gueiros perderia para Jader a disputa pelo controle do PMDB e para evitar que Jader obtivesse nova vitória eleitoral em 1990, deu suporte à candidatura a governador do comerciante e ex-prefeito de Belém, Sahid Xerfan (PTB). Jader por escassos 7.300 votos de diferença foi eleito governador no 2º turno.

Uma nova reviravolta nas alianças entre algumas das principais lideranças políticas paraenses ocorreu nas eleições de 1994. Jader Barbalho, com o objetivo de fazer frente à candidatura de Hélio Gueiros - então no PFL e prefeito de Belém (eleito em 1992) - ao governo estadual, aliou-se, como ocorrera em 1986, ao senador Jarbas Passarinho, que há meses vinha pensando na possibilidade de retomar, depois de quase trinta anos, o cargo de governador. Finalmente, Hélio Gueiros, fosse pela disposição de concluir seu mandato como prefeito de

Belém, fosse por temer a sua derrota, desistiu de candidatar-se e optou por apoiar Almir Gabriel, sendo seu filho o candidato a vice-governador.

No 1º turno das eleições para governador de 1994, Jarbas Passarinho (PPR), foi o candidato mais votado. Entretanto, no 2º turno, Almir Gabriel (PSDB) obteve 353 mil votos a mais que Passarinho, resultado da opção feita pela maioria dos eleitores que tinham votado no 1º turno a Valdir Ganzer (PT) – candidato que logrou 229 mil votos – e do “esforço” de muitos prefeitos e líderes políticos dos municípios do interior que fizeram campanha pelo candidato que consideravam com maiores chances de vitória.

Após ser aprovada a emenda constitucional que permitia, pela primeira vez na história eleitoral do Brasil, a candidatura à reeleição dos mandatos majoritários (presidente, governador e prefeito), Almir Gabriel foi reeleito governador em 1998 ao vencer, no 2º turno, ao ex-governador e então senador Jader Barbalho (PMDB). Em 2002, o PSDB elegeu novamente o governador do Pará com a candidatura de Simão Jatene, ao alcançar no 2º turno 1.291.082 votos, por 1.205.229 que conquistou a candidata do PT, Maria do Carmo Martins. No 1º turno, que foi um dos mais disputados da história eleitoral do Pará, Jatene obteve 863.780 votos; Maria do Carmo, 725.473; Ademir Andrade (PSB), 626.632; e Hildegardo Nunes (PTB), 243.332.

Em 2006, a senadora Ana Júlia Carepa (PT) foi eleita governadora ao derrotar, no 2º turno, o candidato do PSDB e ex-governador Almir Gabriel. Os resultados eleitorais logrados pelo PT no Pará nos anos anteriores favoreceram a eleição de Ana Julia, a primeira mulher que exerceu o mandato de governadora no estado. Além disso, também foram muito importantes para a sua vitória o apoio da maioria dos votantes que optaram no 1º turno pelas candidaturas de José Priante (PMDB), o terceiro candidato com maior número de votos (438 mil), e Edmilson Rodrigues (PSOL) o quarto candidato a governador mais votado (131 mil votos). No 1º turno Almir Gabriel obteve 1.370.272 e Ana Júlia 1.173.079. No 2º turno, Ana Júlia logrou 1.673.648 votos contra os 1.373.474 que alcançou Almir Gabriel.

Ana Julia não conseguiu ser reeleita em 2010. Simão Jatene (PSDB), favorecido pela ruptura da aliança no Pará entre o PT e o PMDB, venceu o 2º turno das eleições para governador com 55,7% dos votos válidos. Jatene, além de vencer em Belém e Ananindeua e na maioria dos municípios paraenses, também derrotou a Ana Júlia em dois dos principais municípios administrados então por prefeitos petistas: Santarém e Parauapebas. No 1º turno, Juvenil (PMDB) foi o terceiro candidato mais votado e, Fernando Carneiro (PSOL), o quarto.

Em 2014, Simão Jatene lograria seu terceiro mandato de governador ao superar em número de votos ao candidato do PMDB, Helder Barbalho, filho do senador Jader Barbalho. No 2º turno, Jatene logrou 51,9% dos votos válidos e Helder Barbalho 48,1%. Curiosamente

Helder quase vence as eleições no 1º turno ao alcançar 49,8% dos votos válidos. A coligação eleitoral PMDB-PT elegeu a Paulo Rocha (PT) senador.

No 1º turno das eleições de 2018, Helder Barbalho, candidato a governador e ex-ministro dos governos Dilma e Temer, conquistou 1.825.708 votos (47,6% dos votos válidos); o ex-presidente da Assembleia Legislativa, Marcio Miranda (DEM), candidato apoiado pelo governador Simão Jatene, 30,2% dos votos válidos; Paulo Rocha (PT), 17%; Fernando Carneiro (PSOL), 4,4%; e Cleber Rabelo (PSTU), 0,5%. Helder Barbalho foi eleito governador no 2º turno, ao lograr 55,4% dos votos válidos. É de destacar o crescimento eleitoral do PMDB na Área Metropolitana de Belém, especialmente na capital e no município de Ananindeua, ambos atualmente administrados por prefeitos do PSDB.

O senador Paulo Rocha e a maioria do PT apoiou no 2º turno o candidato Helder Barbalho, uma parte do partido, sobretudo no sudeste do Pará, optou por apoiar a Marcio Miranda, e outros militantes petistas votaram em branco ou anularam seu voto, entre outros motivos, pelo apoio dos dois candidatos a governador e seus partidos ao golpe jurídico-parlamentar que afastou a Dilma Rousseff, em 2016, da Presidência da República. O PSOL não se manifestou publicamente em favor de nenhum dos candidatos.

## **12. DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS ELEITOS NO PARÁ: 1982-2018**

Em 1982, dos 15 deputados federais eleitos pelo Pará, o PMDB elegeu oito e o PDS elegeu sete. A partir das eleições de 1986 o Pará escolheu sempre 17 membros para a Câmara Federal. Em 1986, o PMDB elegeu no Pará 13 deputados federais e o PDS e PFL dois cada.

O multipartidarismo foi se consolidando no Pará desde as eleições 1990. Sete partidos elegeram deputados federais nas eleições de 1990, 1994, 1998 e 2006; doze em 2014 e dez nas últimas eleições. Há de se destacar também, além da progressiva diminuição dos deputados federais do PMDB. Desde as eleições de 2010 nenhum partido logrou eleger mais de três deputados federais.

Em 1982, o PMDB elegeu 23 dos 41 membros da Assembleia Legislativa paraense, e seis o PDS. Em 1986, o PMDB obteve novamente a maioria absoluta na Assembleia ao eleger 26 dos 41 deputados estaduais, seis elegeu o PDS, cinco o PFL, dois o PT e PDT e MDB um cada. A partir das eleições de 1990 nenhum partido lograria a maioria absoluta dos deputados estaduais, ingressando a Assembleia Legislativa do Pará na extremada polarização política do sistema partidário e eleitoral brasileiro. Fenômeno que no caso do Pará foi se agravando eleição pós eleição. Em 1990 e 1994, nove partidos elegeram deputados estaduais; 12 nas eleições de 1998 e 2002; 13 em 2006; 14 em 2010; 17 em 2014; e 20 partidos nas eleições de 2018. No

período de 1990 até as eleições 2018, apenas três partidos elegeram 40 ou mais deputados estaduais no Pará: PMDB/MDB, PSDB e PT.

**Tabela 7: Deputados federais eleitos pelo Pará por sigla partidária: 1990-2018.**

| <b>Partido</b>              | <b>1990</b> | <b>1994</b> | <b>1998</b> | <b>2002</b> | <b>2006</b> | <b>2010</b> | <b>2014</b> | <b>2018</b> |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| PMDB/MDB                    | 6           | 7           | 4           | 5           | 6           | 3           | 3           | 2           |
| PT                          | 2           | 2           | 3           | 3           | 3           | 4           | 2           | 2           |
| PSDB                        | --          | --          | 4           | 4           | 3           | 3           | 1           | 2           |
| PDS/PPR/PPB/PP              | 3           | 4           | 1           | 1           | 1           | 1           |             |             |
| PFL/DEM                     | 1           | 1           | 3           | 1           | 2           | 1           | --          | 2           |
| PTB                         | 3           | 1           | 1           | 1           | --          | 1           | 1           | 2           |
| PDT                         | 1           | 1           | 1           | 1           | 1           | 1           | --          | --          |
| PSD                         |             |             | --          | --          | --          | --          | 3           | 3           |
| PR                          |             |             |             |             |             | 1           | 1           | 1           |
| PSC                         |             |             |             |             | 1           | 1           | 1           |             |
| PCdoB                       | 1           | 1           | --          |             |             |             |             |             |
| PPS                         |             |             |             |             |             | 1           | 1           |             |
| PSOL                        |             |             |             |             |             | --          | 1           | 1           |
| PRB                         |             |             |             |             |             | --          | 1           | 1           |
| PSB                         |             |             |             |             |             | --          | --          | 1           |
| PL                          |             |             |             | 1           | --          | --          |             |             |
| SOLIDARIEDADE               |             |             |             |             |             | --          | 1           | --          |
| PROS                        |             |             |             |             |             | --          | 1           | --          |
| <b>Total deputados</b>      | <b>17</b>   |
| <b>Nº total de partidos</b> | <b>07</b>   | <b>07</b>   | <b>07</b>   | <b>08</b>   | <b>07</b>   | <b>10</b>   | <b>12</b>   | <b>10</b>   |

Fonte: TSE; TRE-PA (elaboração própria).

**Tabela 8: Deputados estaduais eleitos no Pará por sigla partidária: 1990-2018.**

| <b>Partido</b>              | <b>1990</b> | <b>1994</b> | <b>1998</b> | <b>2002</b> | <b>2006</b> | <b>2010</b> | <b>2014</b> | <b>2018</b> |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| PMDB/MDB                    | 10          | 13          | 8           | 8           | 5           | 8           | 8           | 6           |
| PSDB                        | 1           | 2           | 8           | 7           | 10          | 6           | 7           | 5           |
| PDS/PPR/PPB/PP              | 7           | 8           | 4           | 2           | 1           | -           | -           | 1           |
| PT                          | 6           | 4           | 4           | 5           | 6           | 9           | 3           | 3           |
| PTB                         | 8           | 2           | 3           | 4           | 4           | 3           | 2           | 2           |
| PFL/DEM                     | --          | 3           | 4           | -           | 4           | 1           | 2           | 3           |
| PDT                         | 2           | 3           | 3           | 2           | 2           | 2           | 1           | 2           |
| PL                          | 2           | --          | 2           | 5           | 2           |             | --          | --          |
| PRN                         | 4           | 3           | --          |             |             |             |             |             |
| PDC                         | 1           | --          | --          |             |             |             |             |             |
| PP                          |             | 3           |             |             |             |             |             |             |
| PSD                         |             |             | 2           | 2           | -           | -           | 3           | 3           |
| PSB                         |             |             | 1           | 2           | 1           | 2           | 2           | 1           |
| PR                          |             |             | --          | --          | --          | 1           | 3           | 3           |
| PRB                         |             |             | --          | --          | 1           | 1           | 1           | 2           |
| PSC                         |             |             | --          | --          | 1           | 1           | 2           | 2           |
| PCdoB                       |             |             | 1           | 1           | -           | -           | 1           | --          |
| PPS                         |             |             | --          | 1           | 2           | 1           | 1           | 1           |
| PHS                         |             |             | 1           |             |             |             | --          | 1           |
| PV                          |             |             | --          |             | 2           | 1           | --          | --          |
| PST                         |             |             | --          | 2           |             |             | --          | --          |
| PMN                         |             |             |             |             |             | 1           | --          | 1           |
| PSOL                        |             |             |             |             |             | 1           | --          | 1           |
| SOLIDARIEDADE               |             |             |             |             |             |             | 2           | 1           |
| PEN                         |             |             |             |             |             |             | 1           | --          |
| PROS                        |             |             |             |             |             |             | 1           | --          |
| PPL                         |             |             |             |             |             |             | 1           | --          |
| PSL                         |             |             | --          | --          |             | -           | -           | 1           |
| DC                          |             |             | --          | --          |             | -           | -           | 1           |
| PATRIOTAS                   |             |             |             |             |             |             |             | 1           |
| <b>Total deputados</b>      | <b>41</b>   |
| <b>Nº total de partidos</b> | <b>09</b>   | <b>09</b>   | <b>12</b>   | <b>12</b>   | <b>13</b>   | <b>14</b>   | <b>17</b>   | <b>20</b>   |

Fonte: TSE; TRE-PA; Assembleia Legislativa do Pará (elaboração própria).

### 13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disputa no interior dos partidos no momento de escolher seus candidatos às eleições é, sem dúvida, um fenômeno universal. Já o sistema eleitoral brasileiro, ao permitir aos eleitores decidir quais dos candidatos aos mandatos proporcionais serão eleitos de cada partido, produz uma disputa *sui generis* pelo voto entre os partidos políticos (ou coligações) e entre os candidatos de cada partido (ou partidos coligados).

Reconhecendo o aspecto positivo do sistema eleitoral proporcional com *listas abertas* em relação aos que apresentam *listas bloqueadas* ou *fechadas* (por dificultar às direções partidárias ou os agrupamentos internos com maior peso no partido a colocação dos seus candidatos numa ordem rigorosa que determina a eleição dos primeiros colocados nas listas), não podemos esquecer que a escolha dos candidatos, as campanhas (mobilização de recursos humanos e econômicos) e os resultados eleitorais, são a causa principal das divisões internas nos partidos políticos e do extremado multipartidarismo existente no país.

Sem nunca desmerecer, para a compreensão da multipartidarização, a vontade de algumas pessoas e grupos de fazer parte do campo político do partido vencedor, leia-se, do partido do candidato que ganhou as eleições para presidente da República, governador ou prefeito, além do incentivo dos grandes partidos em criar, no âmbito municipal, estadual e nacional, “partidos de aluguel” para acomodar candidatos e criar coligações eleitorais com o intuito de ampliar os recursos financeiros e o tempo dos seus candidatos nos programas de rádio e TV durante a campanha eleitoral.

O multipartidarismo do sistema político deverá diminuir nas próximas eleições pela cláusula de barreira (só poderão ter acesso ao fundo partidário e ao tempo de rádio e TV os partidos que tiverem um mínimo de votos para deputado federal no âmbito nacional e estadual) e pelo fim das coligações partidárias para a escolha de vereadores e deputados estaduais e federais. A melhor alternativa para diminuir o multipartidarismo deveria ser a implementação da *lista fechada* ou, como mínimo, do sistema eleitoral *distrital misto* (proporcional e majoritário).

As cisões produzidas em alguns dos partidos políticos existentes no Pará não representam, no geral, a disputa por projetos político-partidários e/ou programáticos diferenciados, mas, sobretudo, a aspiração de lideranças pessoais de lograr o controle (ou nele se perpetuar) das principais instituições políticas (governo estadual, Prefeituras, Assembleia Legislativa, Câmaras Municipais) com o intuito de fazer “carreira política” e se beneficiar dos instrumentos para aumentar, consolidar ou distribuir privilégios, seja diretamente ou através dos seus aliados políticos. A esse respeito, é importante recordar que as origens sociais da

maioria dos candidatos (eleitos ou não) a deputado estadual e federal do Pará desde os anos 1980 até hoje, poderiam ser classificados como de classe média alta. Assim, para muitos candidatos fazer “carreira política”, isto é, assumir mandatos parlamentares e/ou cargos nos governos e prefeituras, foi se transformando em uma das grandes chances para ascender socialmente e fazer parte das elites econômicas.

\*\*\*

Muitos dos atuais problemas econômicos, sociais e ambientais que padece a Amazônia brasileira são decorrentes dos modelos de “desenvolvimento” implementados na região pelos governos militares (1964-1985), os quais não foram substancialmente modificados nos governos democráticos da Nova República, que sempre estiveram orientados a favorecer a concentração de capital, terras e outras riquezas para as elites econômico-financeiras e fornecer recursos energéticos, matérias-primas e alimentos para outras regiões do Brasil e para o mercado internacional, através de atividades econômicas ambientalmente insustentáveis, apesar da crescente influência social e cultural das teses econômico-ecológicas no Brasil e no mundo. Grandes projetos e empreendimentos econômicos de mineração, agrícolas, pecuários, extração de madeira e construção de hidrelétricas cujos benefícios são escassamente revertidos na diminuição das desigualdades regionais no país e na melhora das condições de vida da maioria dos amazônidas e brasileiros.

Os discursos e as práticas do presidente Jair Bolsonaro, ministros do seu governo e seus aliados no Congresso Nacional, nos governos estaduais e Prefeituras, indicam que os objetivos socioeconômicos do seu governo para a Região Norte e para os outros estados e territórios da Amazônia Legal deverão a agravar a desigual distribuição de renda e riqueza entre ricos e pobres na região ao pretender ampliar a concentração de terras em favor dos grandes proprietários; atacar os direitos dos povos indígenas e quilombolas; diminuir as áreas de preservação ambiental e as ajudas à agricultura familiar e às atividades extrativistas; paralisar os projetos de reforma agrária e favorecer os grandes empreendimentos agroindustriais, madeireiros e empresas de mineração. Esses objetivos do governo federal além, de acelerar o desmatamento da floresta nativa e a participação do Brasil no aquecimento global, aumentaram os conflitos sociais e o incremento da violência urbana e rural na Amazônia.

## 14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta; SCHLEGEL, Rogerio (2014). **Os estados nas federações**. Tendências gerais e o caso brasileiro. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Documento para Discussão. Fevereiro, pp. 24. [https://www.resbr.net.br/wp-content/uploads/historico/Os\\_estados\\_nas\\_federacoes\\_Tendencias\\_gerais\\_e\\_o\\_caso\\_brasileiro.pdf](https://www.resbr.net.br/wp-content/uploads/historico/Os_estados_nas_federacoes_Tendencias_gerais_e_o_caso_brasileiro.pdf). Acesso: 10/12/2018.

BOURDIEU, Pierre (1989). **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel.

BUARQUE, Sérgio C.; LOPES, Antéro Duarte & ROSA, Teresa Cativo (orgs.) (1995). Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte. **Federalismo no Brasil: Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: Fundap, pp. 93-123.

HORSTH, Tarrara Alves; ALMEIDA, Fernanda Maria de; MENDES, Wesley de Almeida (2017). Efeitos das recriações da Sudam e da Sudene no desenvolvimento socioeconômico municipal. **Anais IV Encontro Brasileiro de Administração Pública**. João Pessoa/PB. <http://www.ufpb.br/ebap/contents/documentos/0548-564-efeitos-das-recriacoes-da-sudam-e-da-sudene-no-desenvolvimento-socioeconomico-municipal.pdf>. Acesso: 25/11/2018.

KUBITSCHKE, Juscelino. **Mensagem ao Congresso Nacional** – 15 de março de 1960. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

LIMA, Luís Flávio Maia (1960). Integração regional e “enclaves fordistas” no Pará: uma abordagem geral. In: XIMENES, Tereza (Org.). **Cenários da Industrialização da Amazônia**. Belém: Unamaz/NAEA-UFPA, 1995, pp. 105-155.

LIZIERO, Leonam Baesso da Silva; CARVALHO, Fabrício (2018). Federalismo e centralização no Brasil: contrastes na construção da federação brasileira. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 10, nº 3, pp. 1483-1503.

PETIT, Pere, PEREIRA, Airton dos Reis; PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo (2014). Camponeses, Fazendeiros e a Teologia da Libertação na luta pela terra no Sul e no Sudeste do Estado do Pará: 1960-1990. **Tempos Históricos**, vol. 18, pp. 337-365.

SANTOS, Milton (1996). **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 2ª edição.

SILVA JÚNIOR, Cícero Pereira da; PETIT, Pere (2017). Hidrelétricas na Amazônia: impactos energéticos, sociais e ambientais. In: SILVA, Idelma Santiago da & et. al. (orgs.), **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. Belém: Paka-Tatu pp. 309.

VALVERDE, Orlando (1971). Dos grandes lagos sul-americanos aos grandes eixos rodoviários. **A Amazônia Brasileira em Foco**, nº 5. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia, pp. 18-23.

VARGAS, Getúlio (1937). No limiar do ano de 1938. Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite de 31 de dezembro de 1937. In: **A Nova Política do Brasil**. Biblioteca da Presidência da República, p. 124. Disponível em:

file:///C:/Users/petit/Downloads/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V%20(1).pdf. Acesso: 10/12/2018.

VARGAS, Getúlio (1940). O destino brasileiro do Amazonas – discurso pronunciado no Ideal Club, de Manaus, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor e pelas classes conservadoras do estado. Biblioteca da Presidência da República, p. 78. Disponível em: file:///C:/Users/petit/Downloads/Vargas%20-%20A%20Nova%20Pol%C3%ADtica%20do%20Brasil%20vol%20V%20(1).pdf. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/31.pdf/view>. Acesso: 13/10/2018.

ZIMERMAN, Artur; CORREIA, Kevin Campos; SILVA, Marina Pereira (2017). Desigualdade de Terra. In: **Os ‘Brasis’ e suas desigualdades**. Organizado por Artur Zimerman — Santo André, SP: Universidade Federal do ABC, pp. 89-109. Disponível em file:///C:/Users/1gsp1\_000/Downloads/2018042514431212.os brasis e suas desigualdades.pdf. Acesso em 15/11/2018. Acesso: 20/11/2018.